



**CIDADE DE  
SÃO PAULO**  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

**ATA DA 5ª REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE DENÚNCIAS DO COMITÊ POP RUA,  
REALIZADA NO DIA 09 DE ABRIL DE 2025 (QUARTA-FEIRA) ÀS 15H00.**

**Participantes Governo:** Karen Fernanda Barbosa (SMDHC), Érico Casagrande (SMSUB), Caroline Baggio (SMDHC/ODH); Allan Santos (SMDHC/ODH), Maria Lucia de Oliveira (SMDDET)

**Participantes Sociedade Civil:** Adriana Ribeiro, Hari Kraemer, Gisele Abreu; Paola Richelly, Alexandre Claudio

**Participantes Organização Social:** Mabel Andrade Garcia (ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICIENTE – AEB), Cleiton Ferreira (É de Lei);

**Convidado:** Roberta Cristina (SMDHC); Daniela Santiago (SMDHC); Anna Beatriz Annunciato (SMDHC/DPS); Aglai Viriato; Giordana; Giordana; Cauane Queiroz; Jennerfely Jenne; Alessandra Queiroz;

**Às 15h30min do dia 09 do mês de abril do ano de 2025,** de forma online, plataforma Teams, reuniram-se os presentes para reunião mensal do subcomitê de denúncias.

A reunião foi presidida por Karen Fernanda e Roberta Cristina Paulino.

Karen informou que estava com um pouco de inconsistência em sua internet, apresentou os demais participantes e relatou que a plataforma de acesso utilizada era o Microsoft Teams, ferramenta adotada pela Prefeitura. Cumprimentou Paola, conselheira, que então iniciou sua fala se apresentando e informando que possuía uma grave denúncia para apresentar ao comitê, acompanhada de comprovantes em forma de áudios e um comprometimento relacionado ao Pot. Paola destacou que as questões relatadas poderiam afetar o estado emocional da pessoa que está sofrendo a negligência, além de outras informações que ainda seriam mencionadas.

Paola ressaltou a utilidade e veracidade do conteúdo apresentado, afirmando que a coordenadora era narcisista e que havia meios de provar isso. No entanto, informou que a pessoa que está sofrendo essas violações desejava manter o anonimato. Acrescentou que outras pessoas vinculadas ao POT. também estariam passando por essas violações, mas têm receio de se manifestar. Paola expressou o desejo de



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

acompanhar a denúncia e relatou que a coordenadora utilizava palavras incompatíveis com os princípios dos direitos humanos. Destacou que, caso a situação fosse apresentada ao Padre Júlio Lancelot, isso poderia resultar em reportagens de grande repercussão. Mencionou, ainda, que já havia agendado uma reunião com a Secretaria dos Direitos Humanos. Informou que a coordenadora em questão tratava as pessoas com palavras agressivas e homofóbicas.

Maria Lucia, representante da SMDet, solicitou que, quando fosse realizada a reunião com a Secretaria dos Direitos Humanos, a SMDet pudesse estar presente. Questionou, também, se havia conhecimento sobre o nome do local onde os fatos ocorreram e qual era o nome da coordenadora.

Paola respondeu que existiam áudios envolvendo a coordenadora e que o conteúdo era grave. Ressaltou que, em seus anos de experiência com pessoas em situação de vulnerabilidade, jamais havia se deparado com alguém que praticasse esse tipo de violência e que demonstrava não ter medo de fazê-lo. Paola informou que a denunciante havia sido excluída do Pot. Mencionou que a coordenadora fazia referência a uma lei que estaria vinculada ao contrato do programa Trans Cidadania, afirmando que Paola conhecia bem as regras do referido programa.

Maria Lucia reiterou a necessidade de obter o endereço onde os fatos ocorreram e reforçou, novamente, a importância da presença da SMDet na reunião a ser realizada.

Paola pediu desculpas por ter introduzido outra denúncia durante sua fala, e informou que o nome da coordenadora era Márcia Aguiar. Relatou que o maior temor das usuárias era o fato de que essa coordenadora estaria associada a Dantas, o que gerava medo de represálias.

Maria informou que era necessário tomar providências, comunicando que levaria a situação ao conhecimento do diretor da SMDet, o qual a acompanharia na reunião para que a situação fosse resolvida o mais brevemente possível.

Paola informou que sua técnica estava concedendo os acessos para que pudesse participar da reunião, mas que não poderia se estender, pois essa técnica teria outro compromisso. Relatou, ainda, que alguns áudios da coordenadora continham



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

declarações graves, como, por exemplo: “algumas transsexuais têm que voltar para o programa”. Paola afirmou que apresentaria esses áudios.

Carolina Baggio solicitou a palavra e perguntou a Paola se a reunião mencionada havia sido marcada na ODH (Ouvidoria dos Direitos Humanos). Paola respondeu que compareceu ao local, mas que não conseguiu agendar um horário, afirmando que ainda o faria e se dirigiu a Karen informando que iria comparecer no outro dia lá para conversar com ela para marcar essa reunião.

Gisele cumprimentou e apresentou os participantes, questionando quem era Carolina Baggio e se Luiza Quirino não conseguiria participar. Karen Fernanda respondeu, informando que Luiza estava em uma agenda externa. Gisele informou que sua denúncia se referia ao Pot., destacando que, como conselheira do Pop. Rua, possuía vídeos e provas para embasar sua fala. Relatou que foi ao Pot., fez um barraco e mencionou as novas integrantes Cris e Kelly, ressaltando que a luta delas era de anos e que, se a rede cidadã estava ali, foi graças ao esforço delas e da população. Gisele destacou o cansaço de continuar levando demandas que eram ignoradas, afirmando ser um absurdo um funcionário trabalhar externamente e ainda ser promovido. Considerou grave o fato de uma funcionária da rede cidadã estar envolvida com outro funcionário, além de estar desligando mulheres do Pot. por motivos pessoais, sem justificativa clara. Informou que, em um caso, a funcionária foi desligada por trabalhar na Mãe Guardiã e por não agradar à coordenadora. Giordana acrescentou que foi uma das pessoas desligadas. Gisele agradeceu a Dona Maria Lucia, que pediu para ela estar presente e relatou sua participação na reunião. Destacou que o comportamento observado era um descaso, mencionando que o ato de desligar mulheres por ciúmes era inaceitável. Ela enfatizou a necessidade de uma investigação sobre o ocorrido, relatando que foi proibida de entrar no local pelo segurança, embora não tivesse agredido ninguém. Alexandre Claudio, conselheiro, confirmou que Gisele não havia agredido a funcionária. Gisele afirmou que a única coisa que pediu foi que atendessem a população em situação de rua e ressaltou que não era agressiva por lutar pelos direitos dessas pessoas. Relatou o cansaço de cobrar constantemente a Secretaria de Direitos Humanos e a SMADS, enquanto a população era constantemente excluída, especialmente quem mora na Vila Reencontro. Mencionou ainda problemas com a educação, como a falta de



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

professores e a humilhação dos alunos. Questionou se as exclusões ocorreriam devido ao fato de as pessoas serem usuárias de serviços ou estarem em situação de rua ou em abrigos. Gisele criticou o fato de que as vagas no Pot. nunca mais foram abertas para novas pessoas e questionou a fala da secretária sobre verbas. Ela afirmou que recursos existem, mas o que falta é organização. Destacou que o Pot. não estava atendendo adequadamente, com muitas pessoas indo apenas uma vez e sem acesso a banheiros. Perguntou por que não estavam oferecendo cursos de qualificação, como de costura, culinária, entre outros, e sugeriu parcerias para a oferta desses cursos, pois muitas pessoas no Pot. já possuíam formação acadêmica e qualificações. Afirmou que era necessário mudar os cursos oferecidos no Pot. e buscar parcerias para encaminhamentos a empregos. Gisele relatou que, no Pot. com quatro horas de duração, a equipe era desumana e preconceituosa. Contou que mais de 40 mulheres da Vila Reencontro se inscreveram para um programa, mas apenas quatro foram chamadas. Quando descobriram que elas eram de equipamentos sociais, não foram chamadas para a seleção. Considerou essa situação um absurdo e enfatizou que as pessoas mereciam oportunidades. Ela também mencionou que seis pessoas informaram que, no POT, apenas pessoas com carro ou moto, da classe média, estavam sendo selecionadas, enquanto pessoas em situação de rua estavam sendo excluídas. Gisele pediu que fosse feita uma fiscalização sobre isso, afirmando que a situação era grave. Pediu, ainda, que fosse emitido um ofício comprovando as ameaças feitas pela funcionária que chamou a GCM para ela, Kelly e Cris.

Alexandre confirmou que, no dia em questão, Gisele não agrediu ninguém e que as funcionárias não deveriam ter chamado a GCM, uma vez que não houve qualquer relato de agressão ou ameaça de quebra-quebra.

Gisele esclareceu que foi ao local devido a um desentendimento com Hully, com o intuito de articular a resolução do conflito entre Hully e a funcionária. Ela também informou que Kelly havia compartilhado uma informação de que as pessoas que estavam antes na Vila Reencontro não teriam direito a mais um ano de participação no Pot. Gisele mencionou que Kelly havia enviado uma nota por escrito no grupo de WhatsApp, alegando que apenas as pessoas que estivessem no CTA, CAE ou Albergue teriam direito a mais um ano, e que quem estava na Vila Reencontro não teria essa



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

possibilidade.

Gisele apontou que a maioria das pessoas em situação de rua tem como histórico violação doméstica, ser mãe solteira ou usuária de substâncias. Destacou que dois anos é um período curto para a estabilização dessas pessoas e que a maioria das que estavam no POT. trabalhavam apenas varrendo o chão. Reforçou que, apesar de já ter feito a denúncia anteriormente, ainda não obteve resposta. Ela mencionou que os coordenadores do POT. tiram fotos, mas não fazem nada de concreto. Ressaltou que os trabalhadores contratados pelo CLT estavam registrados, mas a população de rua seguia em risco, com descontos aplicados em seus salários e atrasos nos pagamentos em caso de faltas ou doenças. Criticou Kelly por sempre dizer que a responsabilidade era da secretaria, sem apresentar qualquer documento oficial ou nota. Por fim, Gisele solicitou fiscalização sobre as ações de Kelly e Cris.

Giordana, a próxima inscrita, relatou sobre Cristiane Saturnino, mencionando que ela havia sido removida de 12 escolas nas quais estava inserida, além de duas creches dos seus filhos. Destacou que não gostavam que ela visitasse seus filhos no SAICA e, em razão disso, foi retirada da escola. Ela informou sobre a gestão da escola, relatando que, quando tentou justificar a situação, a justificativa foi rejeitada. Giordana informou que a situação era judicial e que, como mãe, ela tinha o direito de visitar seus filhos. Destacou que havia sido ameaçada de forma clara, com a afirmação de que ela não deveria visitar seus filhos. Giordana também relatou que Cristiane Saturnino, Kelly e Marcela disseram a Rodrigo, Galante e Caio que Giordana havia feito novas ameaças, o que, segundo ela, era uma inverdade. Ela enfatizou que, quando busca resolver algo, sempre o faz de forma educada.

Giordana informou que havia trabalhado com uma supervisora no Pot e que, por ser uma pessoa que prezava por fazer as coisas da maneira certa, acabou sendo transferida de um local para outro, o que a levou a pedir seu desligamento. Relatou que, para ela, Cristiane Saturnino é, sim, uma pessoa preconceituosa, e que, embora antes fosse ótimo trabalhar na rede cidadã, atualmente ela só via pessoas apontando limitações sobre o que poderia ou não ser feito. Giordana destacou que, apesar das dificuldades, ela acreditava que Deus era justo e que estava conseguindo levar sua vida adiante. No entanto, ressaltou que precisava de um local onde pudesse garantir sua renda, pois seus filhos logo viriam morar com ela,



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

e sempre que seu nome aparecia nas inscrições, ela era removida, sem conseguir conquistar nada. Ela afirmou que essa situação precisava acabar.

Gisele solicitou a palavra para se manifestar sobre Luiza e as operações realizadas por ela, Hully e Vitor. Informou que Luiza permaneceu distante da ação e destacou que, se não houver exposição nas redes sociais, como em publicações no Instagram marcando o secretário e o prefeito, tudo acaba sendo engavetado e esquecido. Relatou que, no dia anterior, o vice-prefeito esteve presente no local da operação e retirou algumas pessoas da situação de rua, mas que, mesmo assim, muitas ainda permaneceram no local. Destacou que Vitor esteve em uma unidade do CRAS para verificar a disponibilidade de uma vaga e lá encontrou uma mulher trans, que o teria ameaçado. Gisele afirmou que essa mulher foi para cima de Vitor e que, embora não se lembrasse do nome dela, ela teria dito que a agrediria na região da Praça do Patriarca. Gisele contou que, naquele dia, como em diversos outros envolvendo pessoas em situação de rua, a equipe do SEAS esteve presente e informou que havia apenas 10 vagas disponíveis, para mais de 200 pessoas e isso somente ali na Praça do Patriarca. Relatou que Vitor pegou os nomes dos interessados e que foi solicitado o CPF para que pudessem acionar o 156, com o objetivo de buscar auxílio. Afirmou que a intenção era ajudar — isso ocorreu entre terça e quinta-feira — e que, na sexta-feira, a coordenadora do SEAS e Ingrid, também estava presente. Gisele relatou ainda que, um dia antes, a equipe do SEAS presente no local havia se comportado de maneira homofóbica e ameaçadora com os usuários, o que a levou a começar a gravar a situação. Disse que enviou os registros para Lucas e para França, pedindo providências. Reclamou que os agentes pegam os dados das pessoas, mas não os encaminham a lugar nenhum, e que ninguém foi acolhido naquele momento. Ela enfatizou que já deveria ter sido instaurada uma CPI e que tanto o SEAS quanto o SEPAS deveriam ser responsabilizados judicialmente pela falta de vagas de acolhimento. Ressaltou que 100% das pessoas em situação de rua reclamam das abordagens realizadas. Apontou que, de forma mentirosa, na central do SEAS consta que essas pessoas estão acolhidas, quando, na verdade, isso não condiz com a realidade.

Gisele deu como exemplo uma família que estava há três dias em situação de rua, e, mesmo com essa situação, o relatório apontava que os agentes haviam ido ao local e não encontraram a família — informação que ela afirmou ser falsa, pois a equipe esteve lá três vezes.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

Mencionou que, no dia em que a Secretária Regina Santana estava no comitê, foram enviados os relatórios, e apenas uma mulher, acompanhada de seu filho, foi acolhida na região da Sé. Posteriormente, essa mesma mulher encontrou Gisele e contou que o acolhimento só ocorreu no dia em que ela deveria participar da reunião ordinária e que o SEAS havia aparecido exatamente naquele momento. Gisele ainda destacou que foi enviado um relatório mentiroso à Secretária Regina, o que considera extremamente grave. Segundo ela, na sexta-feira, foi informado aos usuários da Praça do Patriarca que ela e Vitor estavam com as vagas, sendo que, na realidade, os funcionários do SEAS foram questionados por pegarem os dados das pessoas, mas nunca levarem essas informações para acolhimento. Gisele afirmou que o SEAS estava agindo de forma oportunista, utilizando pessoas vulneráveis. Disse que foi espalhado que ela e Vitor tinham mais de 50 vagas, o que não era verdade, e que os usuários não foram acolhidos sob a alegação de que Gisele e Vitor estavam retendo os cadastros. Ressaltou que tudo foi gravado, inclusive o momento em que Vitor ligava para o 156 e recebia a informação de que não havia vagas disponíveis. Gisele relatou ainda que foi ameaçada e questionou como o SEAS poderia pedir aumento de salário se não estava cumprindo seu papel. Encerrou sua fala afirmando que a população não é ingênua e que esperava que a secretária tomasse providências, considerando a gravidade da situação.

Cleiton Ferreira iniciou sua fala informando sobre o coletivo *Tem Sentimento*, que está ali no local há anos, que fica no Teatro de Contêineres, onde esse coletivo muda vidas e ajuda as pessoas no território, exercendo também um papel de redução de danos. Relatou que ali ficam mais de 50 mulheres em trabalho pelo Pot, e que, se fosse para retirar do local, que antes houvesse uma boa conversa, mas que isso ocorreu de forma muito agressiva, tanto que foram para as mídias e para as câmeras. Explicou que, quando falaram com Carmem Lopes, levaram o coletivo para o senhor Robson, e que esse coletivo já tem um recorte muito específico, entendendo que o coletivo dialoga com o território onde estava, com as vivências e singularidades, e que se faz muito sentido estar naquele espaço. Destacou que colocaram em um local onde não se dialoga com o pessoal, e que vão jogando as pessoas para as beiradas, como se coubesse tudo no mesmo balaio, questionou se há algum posicionamento da secretária ou do comitê, pois considera preocupante a abordagem, visto os anos de comitê, e afirmou que foi de extrema



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

violência. Destacou as mulheres que estão ali construindo suas vidas e são retiradas, e que, nesse caso, se desorganiza tudo. Ressaltou que era uma forma de renda para essas mulheres e que, do nada, se quebra um trabalho de anos, e hoje o que era um coletivo se torna uma instituição. Pontuou que, para ampliar essa ideia, é necessário refletir sobre essa gestão que está sucateando os espaços, sobre essa questão do Pot. destaca sobre como são tratadas essas pessoas, e sobre as buscas e soluções de autonomia. Afirmou que, na verdade, o que está ocorrendo é um descarte social, e que o importante está sendo tirar as pessoas, e não de fomentar o que já existe. Cleiton trouxe outro questionamento sobre o Estação Cidadania 2, pois, segundo ele, é de suma importância entender sobre os trabalhadores que estão sendo mandados embora. Ressaltou a importância do acompanhamento da população que vai ali em busca de um auxílio, e que o pessoal não pode dormir, e quando vai guardar seus pertences é revistado. Informou que, quando se tem que fazer um telefonema, é necessário informar para quem é. Destacou que isso é contra a lei, que existe uma portaria estabelecida de garantia de direitos, e que os trabalhadores que estão ali para garantir um cuidado estão sendo questionados em seu trabalho. Ressaltou que se está pegando o trabalhador da ponta, onde há muitas problemáticas, e que, quando se trata de uma pessoa que questiona essa gestão, ela está sendo mandada embora. Informou que está ocorrendo uma indignação generalizada, e que o pessoal está tomando uma postura anti-humano. Ressaltou que a conselheira Gisele sempre traz essas questões de violência, e questionou o porquê disso. Apontou que isso ocorre porque esse trabalhador também está sofrendo uma violência pelas beiradas. Destacou que há um recorte muito complicado na gestão, e que está ocorrendo um questionamento que não condiz com a portaria.

Karen retorna a fala e relata sobre a questão do Coletivo Tem sentimento, Karen relata que pudesse verificar com a secretária Regina e informa que não se sabe qual pessoa de governo que foi lá, mas que viu que a secretária havia proposto uma conversa. Karen também retorna sobre a estação 2, que ainda não está em funcionamento, mas que essa resposta pode se trazer depois.

Cleiton Ferreira relata uma questão com base no que foi informado por trabalhadores, desde o fechamento do CAPS. Questiona-se se houve um sucateamento da rede, e o que se tem conhecimento é que há uma coordenação à frente do HUB, mas não se sabe qual é o papel da pastora Nildes, tampouco qual função ela ocupa no espaço.





**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

Existe uma preocupação quanto a como está sendo feita essa articulação, considerando que o HUB se mostra muito diferente daquilo que é ofertado em outros equipamentos. Além disso, a Estação Cidadania possui um outro recorte de acolhimento de pessoas, atuando com a redução de danos, podendo incluir, quando necessário, a opção de internação, entre outras possibilidades. Cleiton também aponta uma preocupação adicional em relação à resistência de moradores próximos, que não querem equipamentos que atendam pessoas em situação de rua. Ele menciona ainda a questão da “higienização da cidade” e que esse é um novo equipamento que precisa dar certo. Por fim, Cleiton informa que se trata de uma pergunta, uma busca por soluções, e questiona o motivo pelo qual pessoas estão sendo mandadas embora.

Cauane inicia sua fala questionando sobre a situação das pessoas que atualmente recebem o auxílio-aluguel e como ficarão futuramente. Menciona o caso de Gisele, que informa ter apenas mais um ano no POT, reside em um hotel social e questiona a situação daqueles que estão no auxílio. Relata ainda o caso de uma família sem renda, que precisou retornar ao hotel social. Cauane expressa preocupação com o futuro dessas pessoas daqui a dois anos e informa que também trabalha no POT. Relata que possui mais de três filhos, sendo um deles uma criança com deficiência (PCD).

Informa ainda que está há quase dois anos no POT, e que, após todo esse tempo, se houver o corte do benefício, terá que retornar para o hotel social — especialmente agora, em um momento em que está conseguindo organizar e estabilizar sua vida.

Karen agradece a Cauane e, em seguida, a próxima inscrita é Aglai. No entanto, Maria Lúcia fala primeiro sobre o POT. Ela informa que o benefício tem duração de 24 meses, mas que o contrato foi reformulado, passando para 18 meses para aqueles que estão em situação de rua. Maria Lúcia esclarece que os beneficiários precisam entender que o POT possui um começo, meio e fim. Ela destaca que o POT tem a Central de Atendimento ao Trabalhador (CAT), que oferece um processo de empregabilidade específico para os participantes do programa, realizado a cada seis meses. No entanto, muitos não aceitam participar, pois preferem permanecer no programa até o final. Maria Lúcia ressalta que a Secretaria não abandona os beneficiários e oferece vagas de emprego registradas, além de possibilitar a participação no processo seletivo



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

a cada seis meses. Ela menciona que há pessoas em situação de rua que terminaram a escolaridade e estão indo para entrevistas de emprego. Maria Lúcia observa que muitos não compreendem que o benefício tem um fim e que sua finalidade é justamente ajudar os beneficiários a se reencaminharem para processos seletivos, com o apoio das referências que orientam sobre quem pode ou não participar desses processos. Por fim, Maria Lúcia solicita que as pessoas participem dos processos seletivos.

Aglai inicia sua fala abordando a Lei 17.852 de 2019. Ela informa que as denúncias feitas por ela foram registradas em papel e que veio verificar a situação de uma família acolhida, aproveitando a oportunidade para expressar seu agradecimento. Aglai detalha que São Paulo é como uma mãe, que, embora seja curta e direta, carece de maior capacitação em algumas áreas, o que ela compreende. Ela enfatiza que, ao lidar com pessoas em situação de rua, é essencial colocar o "pé no chão" e investir na capacitação das pessoas que trabalham diretamente com essa população em situação de vulnerabilidade. Aglai também informa que, durante a reunião presencial ordinária, é importante evitar o consumo de álcool e destaca a necessidade de disponibilizar banhos adequados, além de atender às solicitações de moradia. Por fim, ela solicita que se contratem pessoas que estejam em situação de rua para lidar com os outros que enfrentam a mesma realidade.

Karen retorna a palavra para Aglai e informa que não foi possível captar tudo o que ela havia dito, mas que, caso haja algo mais que ela precise comunicar ou alguma denúncia a ser feita, será possível agendar uma outra conversa. Karen prossegue informando que encaminhará essa demanda e realizará uma articulação com a Secretaria da Educação também.

Gisele relata estar "de caso cheio" e solicita que a situação do comitê seja resolvida. Ela menciona que, na quarta-feira, antes das 16h, a reunião já havia sido encerrada, e as pessoas que chegaram depois não conseguiram se manifestar. Gisele sugere que, na próxima reunião, caso alguém se sinta ameaçado, deve chamar a Guarda Civil Metropolitana (GCM).

Ela detalha a questão da população em situação de rua, destacando que o processo de desintoxicação não leva apenas um ou dois anos. Gisele observa que a maioria das pessoas não compreende a situação e acredita que as pessoas em situação de rua são



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

leigas. Fala sobre o caso de Cauane, que é mãe de três filhos e foi encaminhada para a escola no Jardim Botânico, além de tentar obter o benefício. Ela informa que as denúncias atuais indicam que essas pessoas já estão em situação de rua e precisam compreender que o CAT oferece oportunidades. Gisele ressalta que, por mais que o CAT ofereça essas oportunidades, elas exigem a limpeza de provas e o ensino médio, questionando a falta de vagas para mães que possuem educação formal. Ela observa que, em sua maioria, não há vagas para essas mães. Gisele também fala sobre as oportunidades de trabalho, mencionando que, para ocupar a recepção, as vagas são ocupadas apenas por pessoas de certos perfis, como "patricinhas" ou "filhinhas de papai". Ela critica a exigência de cursos de seis meses para funções simples, como limpar privadas, e questiona a eficácia dos cursos, que exigem apenas uma ida semanal e algumas horas de presença. Ela afirma que é necessário abrir mais espaços, mencionando que o Hotel Social e as Vilas Reencontros estão sucateados. Gisele informa que Alcyr iria fazer visitas, mas não compareceu, e solicita que Karen encaminhe as pautas discutidas. Ela pede um ofício com urgência e comenta sobre a necessidade de mudar a gestão, afirmando que isso não é apenas uma questão administrativa. Ela também menciona que a população em situação de rua está cansada de ser ignorada, afirmando que milhões de recursos são alocados apenas para que as pessoas "fiquem sentadas ouvindo". Gisele critica os aproveitadores do sistema e questiona a falta de respostas sobre a mudança de gestão, perguntando onde está a representante da SMADS para acompanhar a reunião. Ela afirma que falará quantas vezes for necessário. Gisele solicita que avisem a Dona Regina Santana, mencionando que a ver apenas inaugurando espaços para pessoas negras no Instagram e questiona o que está sendo feito pela população em situação de rua. Ela destaca que a Secretaria de Direitos Humanos não resolve nada e que estão cansados do descaso. Gisele informa que está enviando um ofício diretamente para o Gabinete de Governo e exige uma explicação, além de uma devolutiva das denúncias e respostas sobre questões pendentes de dois anos. Ela também questiona sobre uma possível visita ao Asdrúbal do Nascimento, falando sobre a inauguração de espaços para pessoas em situação de violência, e pergunta porque a população em situação de rua não pode ter acesso a esses mesmos direitos.

Gisele acrescenta que as pessoas estão sendo bem pagas para tratar a população com dignidade e afirma que precisa de um ofício para retomar as visitas. Ela destaca que



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

todos já sabiam da situação e que, caso alguém não possa comparecer, deve ser excluído. Por fim, ela solicita que seja feita uma votação para eleger um novo conselheiro.

Gisele ainda destaca que, caso seja tratada com respeito, também tratará as pessoas com respeito. Ela menciona que, muitas vezes, é necessário "gritar" para ser ouvida, pois, do contrário, não são escutados. Gisele enfatiza que o que está acontecendo — a população tendo que recorrer aos Direitos Humanos — está errado, pois deveria ser o contrário, ou seja, os Direitos Humanos deveriam ir até a população. Ela também ressalta que os trabalhadores estão ficando doentes devido às cobranças excessivas e critica a prática de "empurrar" responsabilidades de uma pessoa para outra, afirmando que isso não deve ocorrer.

Cleiton questiona o nome da pessoa que falou anteriormente sobre o POT. Ele informa que existem diversos POTs e que, atualmente, a população em situação de rua tem sido majoritariamente direcionada para funções na Zeladoria Urbana, o que considera um descaso, visto que há outras frentes disponíveis e espalhadas por diferentes áreas. Cleiton relata que, quando participou do POT, ele teve a oportunidade de integrar, por exemplo, atividades vinculadas ao SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Hoje, no entanto, observa que a população em situação de rua é convocada, em sua maioria, apenas para realizar a limpeza de banheiros. Ele enfatiza que o POT não se trata de um emprego formal, mas sim de uma atividade pensada para que as pessoas possam voltar a se movimentar e a se reinserir gradualmente. Cleiton destaca que não se trata de falta de vontade da população em situação de rua, mas sim da ausência de aceitação e de um processo de humanização necessário e muito específico para esse público.

Cleiton pontua que as empresas envolvidas deveriam ter uma estrutura mais ampla e preparada, o que, segundo ele, não ocorre na prática. Reforça que a população em situação de rua quer, sim, trabalhar, e muito, mas acabam sendo direcionadas apenas para funções secundárias. Por fim, Cleiton informa que, antes de se falar em trabalho para a população em situação de rua, é fundamental que haja um acompanhamento adequado.

Cleiton também destaca o trabalho do coletivo *Tem Sentimento*, informando que lá funciona um POT voltado para a costura. Ele ressalta que há diversas questões envolvidas, como o fato de que nem toda a população em situação de rua tem acesso a redes de apoio ou mesmo a um local digno para dormir, lembrando que albergue não



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

é moradia. Aponta ainda que, enquanto as frentes de trabalho, educação, cultura e assistência social não dialogarem entre si, não haverá respeito real à população em situação de rua — e, dessa forma, ela continuará sendo excluída. Cleiton observa que, quando uma pessoa está em situação de rua ou morando em alojamento, ela geralmente não possui um senso de organização estruturado — pelo contrário. Por isso, destaca a necessidade de se ter cuidado ao tratar dessas questões, alertando para o risco de cair em uma falácia. Segundo ele, é muito mais simples afirmar que "a população não quer" do que construir outros modos de encaminhamento possíveis e eficazes. Cleiton também relata a importância de a população em situação de rua ter acompanhamento nas áreas da saúde, educação e economia, justamente para que consigam ter condições financeiras e autonomia para realizar outras atividades em suas vidas. Por fim, Cleiton informa que este comitê está aberto ao diálogo e reforça que o que a população em situação de rua realiza dentro do POT é uma atividade vinculada a uma bolsa de incentivo, e não um emprego formal.

Carolina Baggio pergunta sobre Aglai e verifica que ela não estava na reunião e informa a que ela havia ido na ouvidoria e não conseguiu ficar para reunião e verificará com ela caso ela queria remarcar.

Gisele inicia sua fala esclarecendo que, no caso de Aglai, a pauta está relacionada ao filho dela. Ressalta que a reunião em questão trata de denúncias, e solicita maior transparência no registro das falas. Informa que, em uma reunião realizada no mês de abril, foi registrada na ata apenas a observação de que ela estava sentada, enquanto os cinco minutos em que utilizou o microfone não foram incluídos. Gisele questiona por que as atas trazem apenas relatos de supostas agressões atribuídas a ela — como também ocorreu com Julia Lima — e porque não constam as violações que sofreu há dois ou três anos, incluindo um episódio envolvendo suas filhas, quando as roupas delas foram colocadas em sacos de lixo. Gisele solicita que não seja interrompida, apontando que Paola teve a oportunidade de falar por vários minutos, enquanto tentam cortar sua fala. Ela faz um apelo para que a coordenação do comitê participe efetivamente e escute pessoas como ela, Cleiton e Beatriz Clemente, que estão na linha de frente, representando e acolhendo quem sofre violações de direitos. Destaca que havia solicitado que a reunião fosse presencial



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

justamente para permitir a participação de pessoas que não têm acesso à internet, e critica a falta de inclusão, dizendo que essa postura “está feia”. Gisele afirma que a coordenação do comitê tem responsabilidade sobre a situação e declara que não continuará “recebendo tudo no peito”. Enfatiza ainda que ninguém tem relação com a troca de gestão, portanto, não devem usar isso como justificativa.

Em seguida, Maria Lúcia solicita a palavra para responder às colocações de Gisele e Cleiton. Ela destaca que ninguém pode ser obrigado a participar de cursos e recomenda que seja feita a leitura atenta do contrato do POT. Maria Lúcia reconhece que Gisele não está errada em suas colocações e reforça que é preciso haver união entre as secretarias para que se alcance um entendimento mais claro e integrado.

Karen complementa, afirmando que não pode haver fragmentação entre as secretarias e que já houve tentativas de articulação com a Secretaria de Direitos Humanos, porém, sem sucesso. Em resposta direta a Gisele, Karen explica que, ao dizer que “saíssem do pé dela”, não estava se referindo pessoalmente a Gisele, mas sim tentando esclarecer algumas questões quando ela falava. Karen informa que, assim como Gisele, também interrompeu a fala de Paola e defende que o respeito deve ser mútuo, observando que, em alguns momentos, Gisele ultrapassa os limites.

Gisele responde a Karen afirmando que, se ela não cobrasse, a secretária sequer compareceria. Afirma estar cansada de ver apenas envios de documentos, sem respostas efetivas, e que se sente desrespeitada. Reclama que suas falas são registradas de forma incorreta e que é constantemente interrompida. Gisele alega estar sendo perseguida por Karen, afirma que seu jeito é esse e que não se pode apenas apontar o dedo, como se ela não sofresse violações. Pede que as falas da população sejam escutadas de verdade e declara que nunca houve retorno efetivo às demandas apresentadas.

Ela ainda comenta que, caso Karen se sinta ameaçada por sua postura, que tome as medidas cabíveis, deixando claro que não há intenção de ameaça. Em sua fala final, Gisele afirma que a secretária Regina Santana precisa ouvir as demandas da população e dar devolutivas às denúncias apresentadas, pontuando que nunca há horário disponível para tratar das questões da população em situação de rua. Gisele questiona como é possível nomear uma secretária que não tem contato com essa população para trabalhar com ela e reforça a necessidade de incluir, nas equipes,



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

peças que já passaram pela experiência da rua. Gisele finaliza dizendo que é necessária a realização de uma reunião, e que “quem quiser ir, que vá que ela vai”. Informa que ninguém é leito e que a secretária Elaine Gomes tem que atender a população e quer resposta dos nomes que foram dados para ela no dia da reunião ordinária, sobre o POT, sobre as demandas de mãe Paulistana. Relata que é uma revolta, e pede desculpas se falou demais. Informa que faz mais de dez anos sofrendo violação e por isso fala tanto.

Cleiton dirige-se a Karen, e Gisele informa que ela provavelmente já havia se retirado da reunião. Gisele destaca que a presença da secretária na reunião ordinária ocorreu em resposta a um pedido da população em situação de rua, diante da revolta de diversas pessoas com relação às pautas discutidas. Cleiton reconhece a importância do que foi trazido, mas ressalta que é necessário haver uma comunicação mais eficiente, com trocas mais claras, para que as informações sejam mais bem compreendidas e encaminhadas. Ele reforça a importância de se alinhar os discursos e as ações de forma colaborativa. Em sua fala, Cleiton observa que quanto mais desarticuladas forem as trocas de informações e mais ataques ocorrerem entre os envolvidos, menos será possível avançar em soluções. Ele reforça que, sendo parte da população em situação de rua, compreende que essa articulação precisa ser fortalecida. Cleiton compartilha que foi chamado para uma reunião pela secretária, mas destaca que a reunião, nesse caso, não teve caráter deliberativo, pois estava voltada ao É de Lei. Ele ressalta que representa uma instituição que atua diretamente com a população em situação de rua e com a garantia de direitos dessa população, e que, portanto, é necessário construir uma linha de comunicação mais sólida e respeitosa. Pontua que, por vezes, o discurso direto e objetivo, ainda que importante, pode soar agressivo e violento, sendo necessário cuidado nas formas de expressão. Ele enfatiza que, ao se falar da população em situação de rua, é importante lembrar que se trata de uma diversidade de pessoas que merecem respeito. Finaliza sua fala dizendo que, antigamente, sua abordagem era de confronto direto e ele “batia de frente, gritava”, mas que hoje compreende a necessidade de novas formas de diálogo para promover avanços reais.

Durante a reunião, a participante **Gisele Abreu** manifestou sua insatisfação com a condução dos trabalhos do comitê e o tratamento recebido. Ela iniciou destacando



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**  
**SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

que sempre demonstrou respeito nas reuniões, mas não sente que esse respeito é recíproco. Em seguida, argumentou que não considera justo que determinadas instituições ou indivíduos recebam mais tempo de fala ou atenção para suas demandas enquanto há uma fila extensa de casos importantes e urgentes da população em situação de rua que não são escutados ou encaminhados. Gisele afirmou que, embora compreenda a importância de instituições específicas, há uma priorização injusta que exclui as vozes de muitas pessoas que também enfrentam graves violações. Ela reforçou que as decisões devem ser tomadas em conjunto, e não de maneira parcial, dando a entender que certas entidades estão sendo favorecidas. Em sua fala, Gisele denunciou publicamente o que considera um processo fraudulento na condução do comitê, utilizando a expressão “comitê roubado” para se referir a supostas irregularidades em votações e decisões internas. Ela questionou por que, apesar das denúncias, ninguém tomou providências ou sequer a denunciou formalmente, sugerindo que isso ocorre porque suas acusações são verdadeiras. Segundo ela, foram utilizados veículos como vans para levar pessoas a votações de forma organizada e dirigida, o que caracterizaria manipulação do processo participativo.

Ela também apontou que frequentemente sofre cortes em suas falas, ao passo que outras pessoas têm liberdade para se expressar por longos minutos. Mencionou que falas suas foram distorcidas em atas, e que situações de violência que vivenciou — incluindo agressões e desrespeitos com seus pertences e família — não foram registradas.

Em tom veemente, Gisele expressou estar exausta de ser constantemente silenciada, desacreditada e desrespeitada. Disse que é injusto exigir respeito sem oferecer contrapartida, especialmente considerando que representantes como ela não são remunerados por sua atuação. Argumentou que se deve exigir respeito de quem realmente está na ponta, escutando a população e vivenciando os impactos da ausência de políticas públicas efetivas. Ela ainda reforçou a existência de diversas denúncias contra integrantes do comitê e criticou a atuação de determinados representantes, apontando que há distanciamento entre eles e as demandas reais da população em situação de rua. Disse que muitos representantes “viraram as costas” para quem mais precisa, e que o comitê deixou de cumprir seu papel social. Gisele declarou que está redigindo um ofício solicitando a substituição da bancada atual do comitê, alegando que já possui diversas assinaturas de apoio. Segundo ela, a gestão





**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA  
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

mudou, e a composição do comitê também deve mudar para refletir um novo momento e uma nova postura mais comprometida com os direitos humanos. Ela finalizou reiterando que não tem medo de ameaças e que está determinada a não se calar. Disse que possui provas, vídeos e testemunhos que comprovam as irregularidades mencionadas, como o uso de estrutura institucional para favorecer determinadas candidaturas. Afirmou também que, em ocasiões anteriores, sofreu ameaças e calúnias sem qualquer ação protetiva por parte do comitê, o que contribuiu para sua descrença nas atuais estruturas de participação e controle social. Por fim, reforçou que exige respeito, mas que esse respeito precisa ser construído com base na escuta e na valorização de quem, como ela, atua diretamente com e pela população em situação de rua.

Roberta Cristina Paulino Maia manifestou preocupação com o andamento da reunião, destacando que o processo estava se tornando cada vez mais difícil e conflituoso, principalmente no que diz respeito à falta de respeito entre os participantes. Roberta enfatizou que o espaço do comitê exige respeito mútuo, tanto aos representantes da sociedade civil quanto aos representantes do governo.

Diante do cenário de instabilidade e falas exaltadas, sugeriu a convocação de uma reunião extraordinária para tratar, de maneira organizada, dos próximos encaminhamentos do colegiado. Segundo ela, a situação atual tornou-se insustentável, exigindo deliberações mais estruturadas e mediadas para garantir o bom funcionamento do comitê.

Roberta concluiu sua fala informando que **a reunião estava sendo encerrada oficialmente** naquele momento. Reforçou, ainda, um apelo para que, na próxima reunião — especialmente se for uma extraordinária para deliberação sobre os rumos do comitê — haja **o mínimo de respeito entre os participantes**, independentemente do grupo ou representação a que pertençam.

Ao final, direcionou-se diretamente à participante Gisele, reiterando o encerramento da reunião de forma formal.

**ENCAMINHAMENTOS:**

1	Denúncias sobre o Pot.	1 ano a mais para uns e	09/04	
---	------------------------	-------------------------	-------	--



**CIDADE DE  
SÃO PAULO**  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA  
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS**

		outros não		
2	Denúncias sobre o Tem Sentimento	Relatos de Cleiton	09/04	
3	Reunião com SMDET	Falar com Maria Lucia	09/04	
4	Ofício SMADS	Chamar Thais Santos para reunião.	09/04	